

---

## Estado *versus* Sociedade Civil: o processo de transição para a democracia na Paraíba (1975-1979)<sup>1</sup>

### State *versus* Civil Society: the process of transition to democracy in Paraíba, Brazil (1975-1979)

*Paulo Giovani Antonino Nunes*

Professor do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba. Na mesma universidade, é docente do Programa de Pós-Graduação em História.

---

#### 1. Introdução

A transição brasileira para a democracia foi bastante longa. Começou no final de 1973, com a decisão do presidente militar, general Ernesto Geisel<sup>2</sup>, e outros militares que se identificavam com o antigo Presidente Castelo Branco, entre eles, o general Golbery do Couto e Silva, de dar início à

**RESUMO:** No Estado da Paraíba, devido algumas de suas características, tais como: atraso econômico, cultura política oligárquica e autoritária, a sociedade é considerada frágil. No entanto, isto não impede que em determinadas conjunturas ela possa ter uma atuação contestadora da ordem vigente. Este artigo pretende analisar a atuação política, social e cultural da sociedade civil brasileira e em especial na paraibana – Igreja, partidos políticos, sindicatos, associações de classe, movimentos sociais, etc. – na época da transição para a democracia no Brasil, com objetivo de verificar a importância da mesma para a redemocratização do país. Também iremos observar a forma como o Estado, a nível federal, estadual e municipal reage ao desempenho da sociedade civil no território brasileiro e especificamente no paraibano.  
**Palavras-chaves:** Estado; Sociedade Civil; Democracia.

---

<sup>1</sup> Uma versão parcial dos resultados desta pesquisa foi comunicada no XIII Encontro Estadual da Anpuh-PB, intitulado *História e Historiografia: entre o nacional e o regional*, realizado no ano de 2008 na cidade de Guarabira, Paraíba, Brasil, tendo figurado nos anais do referido Encontro sob o título: "Estado e Sociedade Civil na Paraíba na época da transição para a democracia (1974-1979)". Ali, contudo, se incluía outras contribuições advindas de um projeto de iniciação científica registrado no CNPq/UFPB, feitas pelas orientandas Talita H. C. Nascimento e Suelly Cinthia C. Santos.

<sup>2</sup> A tese, inicialmente levantada pelo brasilianista Stepan (1988, p.10), de que a liberalização começou dentro do aparelho de Estado e foi estimulada imediatamente por algumas das instituições da própria situação política autoritária, é hoje aceita pela maioria dos analistas da transição brasileira para a democracia iniciada no início do governo Geisel. Lamounier (1988, p.

liberalização gradual do regime, e só terminou definitivamente, apesar do governo civil do Presidente José Sarney (1985-1989), em 1989<sup>3</sup>, com a realização da primeira eleição presidencial direta, depois de três décadas. Segundo Keck:

[...] tão notável quanto a duração da transição foi a tentativa de os militares manterem o controle sobre a situação durante grande parte do processo, bem como o desejo demonstrado pelas forças políticas mais importantes no campo democrático de não precipitar uma ruptura decisiva com o regime autoritário (KECK, 1991, p. 11).

A “política de distensão”, promovida pelo governo Geisel, foi um programa de medidas liberalizantes, cuidadosamente controladas, e definido no contexto do “slogan” oficial de “continuidade sem imobilidade”. A “continuidade” era vista no sentido de que se deveria manter fiel às linhas mestras do modelo econômico de

---

131) também afirma que não faltam evidências de que os passos iniciais da abertura foram deliberados. Ele destaca os seguintes fatos que apontavam nesta direção: a presença de Armando Falcão no Ministério da Justiça; indicações de que seria suspensa a censura prévia; o apelo de Geisel à “imaginação criadora”, durante seu discurso de posse, manifestando a esperança de que fossem encontradas soluções que tornassem gradualmente desnecessárias as intervenções “revolucionárias”, baseadas em Atos Institucionais; e, no campo da legislação eleitoral, a chamada Lei Etelvino Lins, de 1974, um dos poucos projetos de iniciativa parlamentar estimulados pelo Executivo, que garantia o acesso igual e gratuito dos partidos políticos ao rádio e à televisão, durante as futuras campanhas. Seguindo a mesma linha de raciocínio, Cava (1988, p. 238) afirma: *“Hoje em dia, quase todos concordam que a política de distensão teve origem nos próprios meios militares, visando primeiramente, se não de modo exclusivo, controlar uma ação minoritária da ‘linha dura’ dentro das Forças Armadas. [...] Em nenhum momento essa política, ou as modificações subseqüentes que sofreu, pretendeu de fato devolver o poder Executivo do governo ao controle civil antes de meados da década de 90. Numa palavra, a distensão (que, depois de 1978, passou a ser chamada de ‘abertura’ [...] era na verdade uma política estimulada pelo faccionalismo interno dos militares e que visava assegurar de maneira mais habilidosa o controle militar a longo prazo”.*

<sup>3</sup> A transição, como veremos, terá várias fases, uma primeira, denominada de “distensão”, durante o governo do General Geisel, onde praticamente toda a iniciativa parte do governo que tem um controle parcial do processo. Durante o governo do General Figueiredo, foi denominada de “abertura”. Nesta fase, pela própria dinâmica do processo, o governo começou a perder o controle da situação, com o surgimento dos novos movimentos sociais, principalmente, o movimento sindical. Contudo, o governo só perde a iniciativa do processo com o advento das eleições diretas para governadores de Estado em 1982. Com a eleição indireta, via Colégio Eleitoral, do civil opositor, Tancredo Neves, para Presidente da República, em 1984, pode-se dizer que a ditadura acabou, pois houve alternância de poder e no governo de José Sarney, substituto de Tancredo Neves, que morreu, antes mesmo de assumir o cargo, foi convocada uma Assembléia Nacional Constituinte. Todavia, mesmo com o fim da ditadura militar e o início do governo civil, o processo de redemocratização só se completou definitivamente com a promulgação da nova Constituição, em 1988, e a realização das eleições diretas para Presidente da República, em 1989.

desenvolvimento adotado e aos preceitos teóricos da Doutrina de Segurança Nacional<sup>4</sup>, preservando, assim, os principais aspectos do aparato repressivo. Quanto à tese da “sem imobilidade” referia-se ao plano governamental de reformas que pretendia ser um passo à frente na liberalização progressiva, para uma volta à democracia.

De acordo com Alves, o governo pretendia fazer a distensão em estágios bem planejados, e na seguinte ordem: suspensão parcial da censura prévia; negociações com a oposição para o estabelecimento dos parâmetros de tratamento dos direitos humanos; reformas eleitorais, para elevar o nível de representação política; revogação das medidas mais coercitivas, inclusive o Ato Institucional nº 5. Para ela: “A meta global da política de ‘distensão’ era concluir a institucionalização do Estado de Segurança Nacional e criar uma representação política mais flexível, de modo a baixar os níveis de dissensão e tensão que haviam tornado muito forte as ‘pressões’” (ALVES, 1989, p. 186).

O sistema político que se pretendia desenvolver foi definido pelo Presidente Geisel como “democracia relativa” ou “democracia forte”. Nele, o Estado disporia, pela Constituição, de salvaguardas e poderes repressivos de emergência para suspender os direitos individuais e governar por decreto sempre que surgisse alguma ameaça direta de contestação organizada ao regime. Todavia, as instituições políticas de representação seriam dotadas de flexibilidade para permitir uma participação restrita no processo decisório. Enfim, diz Alves:

Era um programa atento à advertência do General Golbery de que a repressão ilimitada, na busca de uma segurança absoluta, levaria em última análise à debilitação da segurança nacional pretendida. A ‘teoria da distensão’ e as políticas derivadas dessa análise

---

<sup>4</sup> Sobre as origens, desenvolvimento e conceitos básicos da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento formulada pelas Forças Armadas brasileiras e a tentativa de sua institucionalização após o golpe militar de 1964. (Ver ALVES, 1989).

constituíam uma derradeira busca de legitimação do Estado. Tentava-se negociar e incorporar algumas das principais exigências da oposição de elite, num esforço de ampliação da base de sustentação do Estado. Simultaneamente, garantia-se o controle da sociedade civil pela aplicação seletiva do poder coercitivo (ALVES, 1989, p. 186).

Dando prosseguimento à política de “distensão” iniciada no governo Geisel, o seu substituto João Batista de Figueiredo adotou a política de “abertura”. O seu governo ampliou a política de liberalização, porém permaneceu dentro dos parâmetros da “democracia forte” estabelecida por Geisel. Tanto a política de “distensão” com a de “abertura” compreendia uma série de fases de liberalização, planejadas e controladas pelos estrategistas políticos do Regime Militar. Foi aberto um espaço político suficiente para conter a oposição de elite, na esperança de se obter maior estabilidade e apoio ao Regime, ao mesmo tempo, que era limitada a participação de setores da população que pudessem fazer uma oposição de caráter classista ao regime. Dessa forma, grupos ligados aos movimentos sociais de trabalhadores e camponeses enfrentaram repressão, enquanto grupos que não eram considerados suficientemente organizados para configurar antagonismo ou pressão puderam reorganizar-se e participar das decisões governamentais (ALVES, 1989, p. 225).

Este trabalho pretende analisar a atuação política, social e cultural da sociedade civil paraibana – Igreja, partidos políticos, sindicatos, associações de classe, movimentos sociais, etc. – na época da transição para a democracia no Brasil, com o objetivo de verificar a importância da mesma para a redemocratização do país. Também iremos observar a forma como o Estado, a nível federal, estadual e municipal reage ao desempenho da sociedade civil no território paraibano.

## 1. O Estado e a sociedade civil no processo de transição no Brasil

Até o final dos anos de 1960, a Igreja Católica no Brasil não se opôs ao regime militar implantado em 1964, pelo contrário, chegou até a apoiá-lo. Segundo Cava, dois fatos marcaram a mudança dessa política: primeiro, quando em 1970, a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz do Vaticano e, posteriormente, o próprio Papa Paulo VI denunciaram a tortura no Brasil. No ano seguinte, Dom Paulo Evaristo Arns, recém nomeado Arcebispo de São Paulo, condenou publicamente a tortura de funcionários da Igreja nas prisões do Segundo Exército, em São Paulo. Assim, no início dos anos de 1970, a Igreja Católica brasileira viu-se liderando uma campanha mundial contra a tortura no Brasil. O segundo fato aconteceu no final de 1979, na data do vigésimo quinto aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, quando as Igrejas cristãs do Brasil (à exceção das pentecostais) lançaram por todo o país uma campanha pelos direitos humanos. Dessa forma, segundo Ralph Della Cava:

Fora dado o primeiro passo coletivo no sentido de negar legitimidade ao regime. Mais ainda, na ausência de associações voluntárias viáveis e de partidos políticos, as Igrejas de um modo geral e, em particular, a Igreja Católica, já então se haviam transformado na mais proeminente força de oposição ao domínio militar. No caso da Igreja Católica, excetuando-se os próprios militares, nenhuma outra instituição dispunha, como ela, de uma rede de quadros espalhados por toda nação, de um sistema de comunicações (ainda que somente de porta em porta) que funcionasse apesar da censura e, ao contrário dos militares, de uma organização em escala mundial com a qual pudesse contar em termos de apoio e na qual pudesse confiar para dispor de uma “audiência internacional” (DELLA CAVA, 1988, p. 237).

Após o culto ecumênico realizado na Catedral de São Paulo, por ocasião da morte, sob tortura, nas dependências do Segundo Exército, do jornalista Vladimir Herzog, a Igreja se viu moralmente autorizada a agir por delegação em nome da sociedade civil. A Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo passou

a dividir com a OAB a tarefa da campanha contra a tortura, convertendo-se numa força da sociedade civil de âmbito nacional (DELLA CAVA, 1988, p. 240).

Segundo Cava, três fatores ajudaram para essa nova postura da Igreja Católica: primeiro, uma nova hegemonia que começou a se formar dentro da referida instituição de setores progressistas, vinculados às causas populares; segundo, a legitimação, por parte da CNBB, desse processo que começara a se desenvolver e, por último, a emergência dos novos movimentos sociais seculares no meio das classes populares, principalmente, nas periferias de São Paulo, a partir de 1973, onde a Igreja teve uma participação direta (DELLA CAVA, 1988, p. 243).

Alves (1989, p. 201) considera que, em termos políticos, o aspecto mais marcante da atuação da Igreja Católica, no período de transição, foi sua capacidade de articular a “política formal” e a “política de base”. No terreno da “política formal”, a atuação desta deu-se através da Conferência Nacional dos Bispos (CNBB). Na “política de base”, através das várias pastorais criadas pela Igreja, tais como: a da Terra, a do Mundo do Trabalho, a dos Direitos Humanos, etc. Esse tipo de organização permitiu à Igreja implantar uma ampla rede de grupos locais, arregimentando milhares de pessoas para trabalhar numa determinada área. Assim, por exemplo, a Pastoral dos Direitos Humanos atuou em todas as comunidades de base criadas pela Arquidiocese de São Paulo e disseminadas pelos grupos locais em paróquias, associações de moradores e fábricas. Estas organizações de base foram à fonte de influência social e política da Igreja e tinha um sistema de comunicação oral eficiente, comunicando rapidamente à Arquidiocese a prisão de militantes políticos para que a Igreja pudesse agir em sua defesa.

Outra entidade que desempenhou importante papel na luta contra a ditadura foi a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). De acordo com Alves (1989, p. 209), as atividades da OAB na esfera judiciária foram importantes para ajudar a neutralizar elementos da cultura do medo: a defesa dos presos políticos combatia

tanto o isolamento quanto à descrença; e as campanhas educativas de esclarecimentos promovidas pela entidade eram eficazes instrumentos contra o silêncio até então imposto. Para a referida autora, os advogados aderiram à oposição ao Regime Militar por dois motivos: primeiro, este criou uma estrutura paralela de leis extraordinárias outorgadas e revogadas por decretos do Executivo, que coexistia com o corpo tradicional de leis legitimadas pela Constituição. Esta dupla estrutura dificultava o trabalho profissional dos advogados. Segundo, os advogados que defendiam presos políticos ou investigavam as atividades do aparato repressivo tornavam-se constantemente alvos da repressão. Diante desta situação, os advogados utilizaram sua entidade profissional para pressionar o governo federal e forçá-lo a restabelecer o estado de direito e revogar a estrutura paralela.

Alves considera que a atuação da OAB foi particularmente importante, no estabelecimento dos limites entre o quadro jurídico legítimo - o das leis promulgadas pelo Congresso de acordo com a Constituição - e o sistema jurídico paralelo e ilegítimo - o das leis de exceção impostas pelo Executivo a partir de 1964 sem a aprovação do Congresso; na defesa dos direitos humanos e na exigência da revogação da legislação repressiva; e no esclarecimento da opinião pública sobre questões legais e direitos públicos e civis. Mas, para a referida autora, em termos políticos, a contribuição mais importante da OAB foi provavelmente:

[...] o questionamento da legitimidade da estrutura legal do Estado de Segurança Nacional. A Ordem e alguns respeitados juristas estabeleceram uma distinção entre o 'estado de Direito' definido como sistema regido por legítimas estruturas legais - e o 'estado de exceção' - caracterizado como de estruturas legais ilegítimas. As definições e a insistência nessa distinção negava ao Estado de Segurança Nacional a legitimação que buscara com sua constante preocupação em baixar decretos-leis, atos institucionais (ALVES, 1989, p. 211).

A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) também teve um papel importante na luta contra a ditadura militar instalada em 1964 no Brasil, principalmente na luta contra a censura prévia aos órgãos de imprensa. Nos primeiros anos do regime militar, quando a censura prévia à imprensa ainda não havia sido instalada, o papel da ABI limitou-se à coordenação das atividades dos jornalistas, à defesa dos profissionais ameaçados e à promoção de debates educativos, conferências e sessões de estudo. Contudo, após a promulgação do AI-5, a imprensa passou a sofrer a censura prévia e outras formas de controle. Diante dessa nova conjuntura, a ABI além de dá prosseguimento a sua atuação educativa, deu cobertura à organização de comissões e grupos de combate à censura à imprensa e a outras atividades culturais de modo geral. Assim, a partir de 1969, tornou-se cada vez mais ativa como fórum para manifestação de recusa aos controles impostos à opinião e ao pensamento, coordenando atividades de grupos de oposição que defendiam a liberdade de expressão, canalizando-as para o terreno da política formal, de modo a exercer pressão direta sobre o Estado.

Além das atividades desenvolvidas pela ABI, a própria imprensa desenvolveu formas alternativas de resistência à censura prévia. Esta reação assumiu duas formas: o surgimento de semanários ou tabloides alternativos de oposição, que criticavam mais livremente as políticas econômicas e repressivas do governo; e a articulação de campanhas simbólicas de resistência à censura, que consistia na publicação indireta ou disfarçada de informações, para leitura nas entrelinhas, e, de forma direta, na veiculação de comprovações da censura. Várias técnicas foram utilizadas pelos órgãos de imprensa para mostrar a dureza da censura no país: um espaço era deixado em branco para ficar claro que houve veto, se estampava poemas, receitas culinárias, fotografias de animais enjaulados no lugar dos textos censurados, etc (ALVES, 1989, p. 215 e segs.). Segundo a referida autora, a fusão exercida pelas atividades da ABI e a campanha simbólica dos principais jornais obrigaram o governo do Presidente Geisel a eliminar a censura prévia à grande imprensa, em 1975, e, em 1978 à imprensa alternativa.



Com a suspensão da censura prévia, a imprensa passou a exercer um papel importante no processo de liberalização do regime, veiculando críticas ao modelo econômico adotado pelo Regime Militar, denunciando corrupção no governo, dando abertura às denúncias de tortura a presos políticos e exigindo investigação e o fim da violência. Para Alves:

Os setores da elite da oposição (a CNBB, a OAB, a ABI e os grupos organizados no MDB) desempenharam papel decisivo em ambos os governos, de Geisel e de Figueiredo. Eles ampliaram o espaço político, enfrentando o Estado a partir de suas posições de autoridade na sociedade civil e questionando a legitimidade que o Estado de Segurança Nacional tentava assumir. Estes setores também lograram bloquear as tentativas de reinstaurar medidas coercitivas (ALVES, 1989, p. 226).

A partir de meados da década de 1970, com a liberalização parcial do regime e a revogação do AI-5, abriu-se a possibilidade legal para o surgimento de um movimento popular configurado na aliança entre as comunidades de base ligadas à Igreja, os grupos associativos seculares e um novo movimento sindical, do campo e das áreas urbanas. A partir do governo Figueiredo, este movimento viria desempenhar um papel importante no processo político e na oposição ao regime militar. Segundo Mainwaring:

Seria enganoso atribuir peso significativo aos movimentos populares no início da abertura. Aliás, a debilidade dos movimentos populares, e não sua força, foi um fator importante na criação de confiança dentro do regime, para que ele pudesse se liberalizar sem temer efeitos adversos. É especialmente nas áreas rurais, a abordagem do regime aos movimentos populares permaneceu repressiva até 1978.

Entretanto, a abertura permitiu mais espaço para os movimentos populares, os quais usaram esse espaço para colocar novos itens na agenda política (MAINWARING, 1988, p. 306).

Lamounier também concorda com a tese de Mainwaring. Para ele:

A importância dos movimentos da chamada sociedade civil – movimentos estudantis, religiosos, de associações profissionais, finalmente sindicais – não foi tanto a de forçar o início da abertura, mas sim a de ir aos poucos criando constrangimentos não formais, porém eficazes, ao exercício ditatorial do poder (LAMOUNIER, 1988, p. 124).

Estes movimentos de base eram de dois tipos: os movimentos seculares e os vinculados à Igreja Católica. As organizações de base seculares eram associações cívicas, independentes do Estado em financiamento e administração. Estas organizações tinham nomes variados: associações de moradores de bairros, sociedades ou associações de amigos de bairros, associações de moradores de favela ou associações comunitárias. Elas objetivavam mobilizar a população para atividades de pressão política, privilegiando a mobilização da comunidade para obtenção de melhorias no bairro (ALVES, 1989, p. 225-226). Segundo esta autora:

Durante o período do Estado de Segurança Nacional, as associações de moradores e favelados têm desempenhado papel decisivo na organização dos pobres. A partir de suas organizações locais, a população aprendeu a coordenar campanhas mais amplas, de nível estadual ou nacional, para pressionar o governo (ALVES, 1989, p. 229).

Quanto aos movimentos de base vinculados à Igreja Católica, além da parte canalizada institucionalmente pelas organizações da CNBB e das diferentes pastorais, surgiram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)<sup>5</sup>. Elas são pequenos grupos de fiéis organizados junto a uma paróquia urbana ou rural e têm geralmente origem no trabalho de agentes pastorais, animadores de comunidades ou diáconos, padres e membros de ordens religiosas. Segundo Alves:

A importância política e social das CEBs está em sua capacidade de despertar a consciência crítica da condição de opressão e estimular o respeito próprio, a esperança e, em consequência, uma efetiva

---

<sup>5</sup> Sobre as origens e a história das CEBs, ver Camargo (1982, p. 59-81) e Beto (1981).

ação pela mudança. O papel conscientizador das CEBs tem contribuído para o significativo fortalecimento dos movimentos populares de base. Elas desempenham duas importantes funções no movimento social global: estimulam a efetiva organização e inspiram profundo compromisso com a participação democrática interna, valorizando cada ser humano e ativando seu potencial como agente de mudança histórica. Desse modo, as comunidades de base têm sido verdadeiras escolas de sementeira da participação democrática (ALVES, 1989, p. 235-236).

Em meados de 1978, um novo personagem entra em cena, os trabalhadores urbanos - que estavam afastados da cena política desde a repressão às greves de Osasco e Contagem em 1968 - com a greve da indústria automobilística do ABC, cinturão industrial de São Paulo, liderada pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luís Inácio Lula da Silva.

O movimento sindical brasileiro parecia “adormecido” no início dos anos 70, após toda repressão que se abateu sobre ele, desde o golpe militar de 1964. Todavia, no interior das fábricas, havia pequenas mobilizações por melhores condições de trabalho, reajustes salariais, etc., que levavam à realização de ações do tipo “operação tartaruga”, a greves de algumas horas, à recusa de fazer horas extras e atos de ativismo não visíveis para a sociedade como um todo, mas que serviram para manter a identidade dos trabalhadores enquanto grupo social.

A partir da “distensão”, lenta, gradual e segura, de Geisel, em 1974, a conjuntura tornou-se mais favorável para o movimento sindical e, a partir daí, foram surgindo fatos que levaram à reorganização do movimento sindical brasileiro, como a campanha de reposição salarial realizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a partir da descoberta da falsificação do índice da inflação para o ano de 1973<sup>6</sup>. Esta campanha, apesar de não ter sido vitoriosa, serviu para

---

<sup>6</sup> O DIEESE descobriu que o governo publicou um índice inflacionário menor do que o realmente havido, com o objetivo de conceder uma menor reposição salarial aos trabalhadores. Esta fraude foi depois confirmada pelo Banco Mundial e publicada na imprensa em 1977, o que desencadeou uma campanha pela reposição do que os trabalhadores tinham perdido na época.

que os trabalhadores percebessem que o sindicato era alguma coisa além de um serviço de assistência social. Serviu, também, para que o sindicato percebesse a importância da mobilização dos trabalhadores, já que as lutas anteriores tendiam a ser encaminhadas por meios jurídicos, sem a participação dos trabalhadores, e a luta pela reposição salarial ajudou a atrair amplos setores da sociedade para o movimento.

Outro fato marcante foi à realização do V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), no Rio de Janeiro, em 1978. Neste encontro, um grupo de sindicalistas dos sindicatos oficiais, entre os quais se encontrava Lula, na época, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, opôs-se à cúpula da CNTI, considerada vinculada aos interesses dos patrões e do governo, formando um grupo de oposição. Estes sindicalistas passaram a ser denominados desde então, de “sindicalistas autênticos” (KECK, 1988, p. 325 e segs.). Segundo Rodrigues, deste grupo:

[...] faziam parte, de um lado, a nova geração de diretores de sindicatos [...] que nesse momento poderiam ser classificados também como ‘independentes’ e, de outro lado, os sindicalistas com vinculação partidária, basicamente com o PCB [...]. Em função da reunião da CNTI, quando os dois grupos se aproximaram na crítica aos dirigentes dessa entidade e na defesa de uma postura mais militante do sindicalismo surgiu um organismo de coordenação, a Intersindical<sup>7</sup> de existência efêmera (RODRIGUES, 1991, p. 15-16).

Outro fato considerado significativo foi a realização do IX Congresso de Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, em janeiro de 1979. Nele se colocou a criação de uma Central Única dos

---

<sup>7</sup> A Intersindical, apesar das divergências entre os sindicalistas “combativos”, liderados por Lula, e os “reformistas”, liderados pelos partidos comunistas, se manteve até os momentos que antecederam a criação da CUT, em 1983, quando não mais foi possível manter a unidade entre estas correntes.

Trabalhadores como um dos objetivos a ser alcançado pelos trabalhadores e também se defendeu a criação de um Partido dos Trabalhadores<sup>8</sup>.

A partir da segunda metade dos anos de 1970, o movimento estudantil, que foi duramente reprimido a partir de 1968 e teve suas organizações representativas autônomas proibidas de funcionar, volta a ter uma atuação pública e uma influência importante na luta contra a ditadura devido à sua visibilidade. Segundo Marcondes:

Caberia ao movimento estudantil, o ME, a honra de ser o primeiro a botar a cara para bater. Literalmente.

Primeiro, foram as manifestações dentro do campus. Contra diretores de faculdades autoritários, contra a política educacional do governo, por melhorias nos restaurantes universitários [...]. Até chegar as reivindicações mais politizadas, como passeatas pela libertação dos presos políticos. Eram chamadas cada vez mais frequente assembleias gerais universitárias, que uniam estudantes das diversas faculdades, tornando palpável a reconstrução do Diretório Central (MARCONDES, 1997, p. 7).

Em 1977, um protesto sobre questões acadêmicas prolonga-se para manifestações antigovernamentais. Apesar da repressão, na maioria das manifestações – tentativa de greve na UNB e prisão de 850 estudantes, que pediam o restabelecimento da democracia num encontro nacional de estudantes em Belo Horizonte – a polícia mostrava hesitação. Segundo Skidmore, *“Pela primeira vez desde 1968, os ativistas sentiram que poderiam enfrentar o aparelho de segurança”* (1988, p.43).

---

<sup>8</sup> A proposta de criação do Partido dos Trabalhadores foi levada ao referido Congresso pelo então deputado federal do MDB paulista, Benedito Marcílio, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, que mantinha relações com a organização trotskista, Convergência Socialista, apesar de não fazer parte da mesma. A referida proposta foi aprovada e passou a constar nas resoluções do mesmo.

No mesmo ano, os estudantes começaram a reorganização da UNE, com uma série de manifestações e passeatas, inicialmente em São Paulo, posteriormente em todo país. No dia 22 de setembro de 1977, os estudantes realizaram na USP um Encontro Nacional para eleger uma comissão de representantes que se encarregaria da reorganização clandestina da UNE. Ao mesmo tempo, na PUC se realizava uma assembléia universitária programada para encobrir o Encontro secreto. Ao fim da assembléia, foi comunicada a realização do referido Encontro, e os estudantes decidiram realizar, à noite, uma comemoração aberta no auditório da Universidade, mas foram duramente reprimidos pela Polícia Militar de São Paulo, comandada pelo coronel Erasmo Dias. Bombas feriram dezesseis estudantes, centenas foram presos e sete enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

Durante esse período de reorganização do movimento estudantil que se iniciou na USP e se espalhou por todo Brasil, as principais tendências que disputavam a liderança do movimento eram as seguintes: Refazendo, originada de militantes da Ação Popular (AP); Liberdade e Luta (Libelu), vinculada à Organização Socialista Internacionalista (OSI); Caminhando, ligada ao PC do B; Alternativa, ligada à Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (Polop) e Organizar a Luta, ligada ao MEP.

## **2. A transição no Estado da Paraíba**

A candidatura do deputado federal Antônio Mariz, ao governo do Estado da Paraíba em 1978, pela ARENA, foi um desafio ao sistema implantado em 1964, com o golpe político-militar, no Estado, e chegou a ter certa repercussão a nível nacional. Esta candidatura foi fruto dos desentendimentos ocorridos a partir do chamado "Acordo de Brasília". Este acordo celebrava a reconciliação política entre os ex-governadores do Estado, João Agripino e Ernani Sátiro, que estavam rompidos dentro da ARENA desde 1974, e procedia-se uma divisão dos cargos em disputa. Pelo acordo, o então governador Ivan Bichara seria lançado ao senado,

pela via direta, Ernani Sátyro seria o senador biônico e o deputado federal Antônio Mariz, o governador. Mas este acordo não foi aceito de forma unânime pelos diversos líderes políticos do Partido. Ele deixou de fora figuras do Partido como os senadores Domício Gondim e Milton Cabral e o deputado federal Wilson Braga. Quanto aos primeiros, alegava-se que não tinham densidade eleitoral. Com relação a Braga, pairava contra ele a acusação de ter-se aliado, juntamente com os deputados federais da Paraíba, Teotônio Neto e Maurício Leite, ao grupo de parlamentares articulador da candidatura do General Silvío Frota à Presidência da República.

O governador Ivan Bichara não aceitou o acordo e começou a trabalhar pela candidatura do senador Milton Cabral para governador do Estado, ao mesmo tempo procurava inviabilizar a candidatura de Mariz. Um relatório tentando relacionar o deputado Antônio Mariz com os políticos cassados pelo regime militar de 1964 foi enviado para o Presidente da República, João Batista de Figueiredo, pela ARENA da Paraíba. Conforme reproduziu Jório Machado, o documento traz sobre Mariz o seguinte:

Fora de dúvida que o deputado federal Antônio Mariz, pelo seu passado de ativista e pela sua formação marxista (foi secretário geral da UNE) não tem condições para ajustar-se aos ideais revolucionário de 1964, como tem demonstrado nas suas manifestações públicas, na sua atuação no Congresso Nacional, nas suas amizades e nos atos praticados nos cargos que chegou a ocupar.

Não obstante ter sido poupado pela revolução, até hoje, tem mantido perfeita coerência com o seu passado, jamais tendo qualquer palavra de apoio ao movimento de 1964 ou simpatia à causa revolucionária (MACHADO, 1978, p. 45).

Bichara não conseguiu emplacar a candidatura do senador Milton Cabral para governador, junto aos militares, todavia conseguiu vetar a candidatura do deputado federal Antônio Mariz e indicar o seu Secretário de Educação, Tarcísio

de Miranda Burity para o cargo de governador, ficando Milton Cabral com a vaga de candidato a senador biônico. Porém, Mariz não aceitou passivamente a sua preterição como candidato da Arena ao governo do Estado, e, ao retornar a Paraíba, fez um discurso na Praça João Pessoa, para um grande contingente de pessoas, criticando todo o processo de escolha e o próprio regime.

Mariz, ao não aceitar a decisão tomada em Brasília, decidiu registrar sua candidatura a governador. Tinha-se dessa forma, duas candidaturas ao governo do Estado da Paraíba, dentro da Arena. Ainda conforme Jório Machado, assim se referiu um repórter da revista **IstoÉ** sobre a eleição da Paraíba: *“a Paraíba está preparada para assistir [...] à mais agitada de todas as convenções arenistas do país, já que uma vitória de Mariz terá o impacto de um pé-de-cabra forçando a porta do sistema. E talvez disparando o alarme do AI-5”* (Cf. MACHADO, 1978, p. 120).

Na convenção, dos 286 convencionais aptos para votar, compareceram e votaram 281. Tarcísio Burity teve 152 votos e Antônio Mariz 124. Três votaram em branco e dois nulos. Para senador biônico, Milton Cabral derrotou o ex-Governador Ernani Sátyro por 162 votos a 111. Cinco votaram em branco e três nulos.

Após sua derrota, para o governo do Estado, Mariz e outros dissidentes da ARENA, apoiaram Humberto Lucena, do MDB, na eleição direta para o Senado, que derrotou o candidato da ARENA, o ex-governador Ivan Bichara. Assim, segundo Rolim:

As causas da derrota da Arena, na Paraíba, não estão enquadradas no cenário geral que caracterizou as vitórias do MDB em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul ou Minas Gerais. Acham-se aqui mesmo, como decorrência do desfecho da escolha do Governador (ROLIM, 1979, p. 121).

Apesar dos dissidentes da ARENA terem contribuído para a derrota do Partido nas eleições para o senado, Mello destaca que os membros da mesma não



tinham o perfil de contestadores do regime e aderiram à dissidência por questões pessoais e de disputas por espaço na política local. Buscando comprovar esta afirmação, afirma que:

[...] mesmo com a radicalização avançando, esses deputados e os prefeitos que o acompanhavam continuaram, com raras exceções, a frequentar as Secretarias de Estado do Governo – tanto antes quanto depois do afastamento do Governador Bichara – em busca de benesses, como bolsa de estudos, subvenções, auxílios e até nomeações, no festim de despedida do bicharismo (MELO, 1978, p. 294).

A responsabilidade de imprimir conteúdo programático à dissidência caberá ao deputado Antônio Mariz. Este, além de fazer críticas ao regime no seu discurso em praça pública, ao ter seu nome rejeitado pela ARENA, em outra oportunidade, num discurso na Câmara dos Deputados, teceu críticas mais profundas ao regime militar. Na ocasião, ele atacou a ausência, no processo político nacional, de liberdade e participação, a institucionalização dos senadores biônicos, o abandono do Nordeste, a má distribuição da renda nacional, a função draconiana da lei de greve, os créditos educativos, por os mesmos comprometerem a gratuidade da educação, e concluiu sua intervenção, defendendo uma reforma constitucional que restituísse a democracia, *“como expressão da liberdade em todas as suas formas”* (MELO, 1978, p. 295).

Além do apoio dos dissidentes da ARENA, outros fatores que contribuíram para a vitória do MDB, na eleição para o Senado na Paraíba, foram: o recurso da sublegenda e a estrutura partidária do MDB, pois a Paraíba era um dos poucos estados do Nordeste onde o MDB detinha um significativo número de prefeituras e diretórios municipais na maioria das cidades (ROLIM, 1979, p. 121). O autor citado conclui sua análise das eleições de 1978, na Paraíba, único estado do Nordeste onde a oposição fez um senador, da seguinte forma: *“... o que se infere é*

*que a única vitória da oposição nesta parte do Brasil foi alcançada de braços cruzados. O esforço maior - e decisivo - ocorre nos arraiais arenistas” (ROLIM, 1979, p. 121).*

Quanto às eleições para a Câmara Federal e a Assembléia Legislativa, a ARENA e o MDB mantiveram o mesmo número de cadeiras, houve apenas algumas mudanças de nomes, sem nenhuma significação do ponto de vista político e ideológico.

Contudo, se as eleições de 1978, quanto à estrutura de poder local, não apontaram para uma real transformação, em relação à estrutura político-partidária, representaram um esgotamento do regime político militar, instituído com o Golpe de 1964. Pois:

De um lado, a cisão no interior da ARENA é um indicativo de que as forças políticas, mesmo aquelas vinculadas ao bloco de poder, já não podiam permanecer presas a um espaço político restrito e limitado. Suas divergências internas já extrapolavam os limites da convivência no interior de uma mesma legenda e exigiam a abertura de novos espaços de atuação política. Por outro lado, a maciça presença popular que acompanhou a campanha de Mariz, dando a essa eleição ares de disputa democrática pelo voto do povo, também é ilustrativa da impossibilidade de ainda manter-se a população afastada da vida política nacional (CITTADINO, 1999, p. 127).

No campo social, neste período de “abertura política”, há retorno de alguns movimentos, principalmente de conflitos pela terra. Entre os principais, estão os das fazendas de Alagamar, Retirada, Mucatú, Coqueirinho, Cachorrinho, Mumbaba e Camucim<sup>9</sup>, e um incipiente movimento sindical combativo, influenciado pelos acontecimentos do ABC e pelo trabalho de base da Igreja Católica.

O Estado da Paraíba, como outros estados brasileiros, sofreu um processo concentracionista da terra, que se deu de forma brutal e violenta, com a expulsão

---

<sup>9</sup> Para um levantamento minucioso dos conflitos de terra da Paraíba, do final da década de 1970 a segunda metade da década de 1990, ver Emília Moreira (1997). Aqui iremos apresentar apenas alguns conflitos acontecidos no período analisado.

de suas terras dos pequenos proprietários e arrendatários. Este processo foi garantido com o golpe militar de 1964, com a desmobilização dos trabalhadores rurais e camponeses após o massacre das Ligas Camponesas. É dentro deste processo acelerado de concentração de terra e do processo de distensão política do regime militar que se dá a luta dos camponeses por sua permanência na terra.

Os camponeses da Grande Alagamar (Salomão, Urna, Mombuca, Saco, Serra de São José, Sapocaia, Cavalito Morto, Furna dos Caboclos, Teju, Piacas, Maria de Mulo, Caipora) ocupavam esta terra há mais de 40 anos como arrendatários, e gozavam de uma certa “liberdade”. Segundo o Arcebispo da Paraíba, na época, Dom José Maria Pires.

Enquanto vivia, o Senhor Arnaldo Maroja dava liberdade aos moradores de cultivarem a terra plantando lavouras de subsistência e criando alguns animais. O proprietário contentava-se com o ‘foro’ que lhe era pago em dia [...].

Até a morte do Senhor Maroja, essas famílias tinham uma situação calma e tranqüila, visto que podiam trabalhar, produzir e morar na Fazenda de Alagamar sem sofrer pressão. Eram respeitados seus direitos. Agora a coisa mudou. Toda aquela tranqüilidade ruiu ante a radical mudança do sistema (ROLIM, 1979, p. 43).

Com a morte do antigo latifundiário as terras passaram para os herdeiros que venderam a usineiros pernambucanos, que passaram a tentar explorá-la segundo uma nova lógica do capital. Isto transformaria os arrendatários em trabalhadores assalariados, com sua resistência iniciou-se o conflito. Os trabalhadores tiveram total apoio da igreja através do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese, onde o advogado deste órgão, Wanderley Caixe - futuro candidato a prefeito de João Pessoa pelo PT - foi peça fundamental no desenrolar do conflito, os trabalhadores também procuraram o apoio do sindicato da categoria, FETAG, CONTAG, que se incorporaram à luta, dentro de suas condições.

O ano de 1977 foi todo de grande tensão, inclusive com alguns enfrentamentos diretos entre jagunços e trabalhadores. Já em 1978, a luta teve outro encaminhamento, com a tentativa de mobilizar a opinião pública no sentido de pressionar os organismos estatais, tanto a nível federal como estadual para resolver o problema, mas nada de concreto foi obtido.

Segundo Rolim, em outubro de 1978, um agrupamento de camponeses veio até João Pessoa com o intuito de relatar ao Governador do Estado, fatos violentos ocorridos naquela zona, pedir proteção policial e insistir na tese da desapropriação. Segundo o referido autor, o governo do Estado tomou algumas providências, sem, no entanto, melhorar muito a situação, já que a resolução do problema dependia do Governo Federal. Quanto aos proprietários, havia uma certa preocupação, devido, sobretudo, ao receio de que uma decisão favorável aos camponeses viesse a funcionar como estímulo a reivindicações semelhantes em outras partes do Estado, onde já existiam sinais de crise. Além disso, acusavam os setores da Igreja, entre eles, o Arcebispo Dom José Maria Pires, de serem coniventes e estimuladores da subversão. Como se pode observar nesse depoimento de Carlos Pessoa, Presidente da Federação da Agricultura do Estado da Paraíba, na CPI da Assembléia Legislativa da Paraíba.

Minha denúncia é de que se o problema hoje está existindo aqui nessas propriedades, esses problemas têm sido criados por elementos comprometidos com a situação reinante no País; elementos que já estiveram envolvidos em atos de agitação, pelos quais foram condenados, que é o caso, entre outros, do advogado Wanderley Caixe. A situação existente, esse clima de desentendimento que nós estamos observando nessas propriedades têm sido urdidos, ardilosamente, por estes cidadãos (sic) (ROLIM, 1979, p. 44).

Na mesma linha de argumentação foi o depoimento na referida CPI de Waldomiro Coutinho, proprietário na zona conflituosa:

Existe uma liderança fora da liderança sindical dos trabalhadores rurais, comandada pela Igreja na nossa terra e que o povo paraibano hoje já sabe, porque as palavras são públicas, são em recinto aberto e não tem nada escondido. É uma pregação totalmente contrária ao regime do País. O direito de propriedade, existiu, existe, e eles entendem de tirar esse direito que é garantido para nós proprietários (ROLIM, 1979, p. 45).

Segundo Rolim, este era o quadro quando da visita do Presidente da República, Ernesto Geisel a Paraíba, no dia 7 de novembro de 1978, com o intuito de ajudar seus candidatos na eleição que se aproximava. Enquanto ele se reunia com lideranças arenistas no Palácio da Redenção, um grupo de camponeses se colocou em frente ao Palácio, na esperança de falar com o presidente e entregar-lhe um documento reivindicatório. Não foram recebidos por Geisel, mas este observando a movimentação, foi informado do fato pelo Governador Dorgival Terceiro Neto, e recomendou que o Memorial fosse recebido por um membro de seus auxiliares. Garantiu, ainda, que examinaria o assunto logo que chegasse a Brasília. Assim, às vésperas das eleições de 1978, Geisel assinou o Decreto nº 82.614, desapropriando 2.000 hectares de terras nas Fazendas Alagamar e Piacas, tentando como isso angariar votos para a ARENA, que estava bastante desgastada a nível nacional. Tanto que, o governador Dorgival Terceiro Neto mandou divulgar a notícia de desapropriação, acompanhado de histórico de sua participação no caso, em continuidade às negociações processadas, por Ivan Bichara Sobreira, antes de sair do Governo para pleitear mandato de Senador, pela via direta.

Em 1979 novos fatos foram incorporados: a desapropriação decretada por Geisel não aconteceu de fato. Foi descoberta uma jazida de calcário na área, que veio valoriza-la, além disso, as medidas do governo Burity, instalando um Posto Policial na área, com a intenção de “pacificar” Alagamar só fizeram prejudicar os

trabalhadores. Maria Cândida Gonçalves reproduz a seguinte matéria do Jornal *O Norte*:

Os trabalhadores rurais da fazenda Alagamar, na zona do Brejo Paraibano, disseram ontem que o clima é de intranqüilidade na região em face da atitude suspeita dos policiais colocados na região pela Secretaria de Segurança para manter a ordem, os quais são vistos freqüentemente em conversas prolongadas com os chamados 'pistoleiros' a serviço dos proprietários (GONÇALVES, 1981, p. 63).

Também foi conseguido neste ano um maior apoio da população urbana, através do Comitê de Apoio aos Agricultores de Alagamar, composto por representantes do MDB-Jovem de Campina Grande, Movimento Pró-Partido dos Trabalhadores, Associação dos Docentes da UFPB-JP, Diretório Central dos Estudantes, Igreja, Movimentos de Bairros, Pastoral Operária, Secundaristas, Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba e algumas pessoas individualmente que elaboraram manifestações de apoio e alguns documentos sobre o problema de Alagamar. O Presidente da República, João Batista Figueiredo assinou no dia 31.10.79 um novo decreto de desapropriação, que invalidava o anterior assinado por seu antecessor.

Quanto à questão sindical, quando, no final da década de 1970, começaram a surgir as primeiras oposições sindicais em João Pessoa, todos os sindicatos/associações da cidade se caracterizavam por práticas assistencialistas e pouco mobilizadoras da categoria - com exceção da ADUF/JP, fundada em outubro de 1978 e que já nasceu dentro do campo do sindicalismo combativo - como podemos constatar nesta entrevista de Edvan Silva dirigente sindical, representante da corrente dos "combativos", a Secretaria de Formação da CUT/PB: *"...então no geral, a maioria dos sindicatos aqui eram tudo ligado ao movimento de direita [...] justamente tudo ligado e a trabalho"* (NUNES, 2000, p. 295).

Na conjuntura de 1979, começam a surgir de forma mais concreta as oposições sindicais, que irão combater este sindicalismo. O trabalho de base iniciou-se desde 1975, por iniciativa de militantes da Igreja Católica, e intensificou-se com a criação da Pastoral Operária, no ano seguinte. As primeiras entidades onde as oposições ligadas ao “novo sindicalismo” ganharam as direções, foram a AMPEP e do Sindicato dos Têxteis.

Na Paraíba, apenas estas duas organizações sindicais urbanas participaram do processo de criação do PT no Estado da Paraíba, no ano de 1980, e, posteriormente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em julho de 1984, além de alguns sindicatos de trabalhadores rurais e membros de oposições sindicais. O Congresso de Fundação da CUT/Pb foi realizado no Centro de Vivência da Universidade Federal da Paraíba, com a participação de 123 delegados, representando entidades urbanas e rurais.

A Igreja Católica vai ter uma participação importante nestes movimentos, tanto nos conflitos rurais como na organização das oposições sindicais. Ela atua através de vários organismos criados com esta finalidade, como o *Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese*, que foi um dos primeiros do gênero no país, coordenado pelo militante político ligado à luta de resistência ao regime militar, o advogado Wanderley Caixe, que posteriormente, em 1985, vai ser candidato a prefeito de João Pessoa pelo PT. E através de organismos de base que objetivavam a reorganização dos movimentos populares, tais como: *Ação Católica Rural (ACR)*, *Movimento de Evangelização Rural (MER)*, no campo; e *Pastoral da Juventude*, *Pastoral Operária*, *Comunidades Eclesiais de Base*, *Ação Católica Operária*, etc., na zona urbana. A *Pastoral Operária* foi a principal responsável pela organização das primeiras comemorações do 1º de maio em João Pessoa, durante o regime militar. Inicialmente, de 1976 a 1978, tais comemorações se faziam em ambientes fechados e contando, sobretudo, com participantes dos grupos de trabalhadores

organizados pela referida Pastoral em alguns bairros da cidade. A partir de 1979, a Pastoral Operária se articula com oposições, sindicatos mais combativos e movimentos populares para fazer comemorações públicas.

Mas outras entidades, sem vínculo com a Igreja, também se farão presentes na luta pela reorganização dos movimentos sindical e popular, nesta conjuntura de transição do regime militar. Na área universitária, foram sendo reorganizadas as entidades estudantis, o que culminou com a recriação da *União Nacional dos Estudantes* (UNE), em 1979, em Salvador. Na Paraíba as comemorações dos 10 anos da morte do estudante Edson Luis consistiram num impulso importante. No setor docente, foi criada em 1978 a *Associação Docente*.

Também surgirá neste período o *Movimento Feminista pela Anistia* (MFA) da Paraíba, como parte de uma articulação nacional em defesa dos presos e exilados políticos. O referido Movimento, juntamente com a seção paraibana do jornal *O Trabalho*, se destacará pela luta de libertação dos presos de Itamaracá, onde se encontravam alguns paraibanos. Em seguida, esse papel será desempenhado pelo Comitê Brasileiro de Anistia, que será criado na Paraíba no início de 1979. Ainda em 1979, na esfera da luta pelos direitos da mulher, foi criado o Centro da Mulher de João Pessoa, que, em 1980 passa a se chamar Grupo Feminista Maria Mulher.

A primeira manifestação política pública, do campo da esquerda, no Estado da Paraíba foi uma procissão organizada com o apoio da Arquidiocese da Paraíba, em 1978, pela libertação do preso político Cajá<sup>10</sup>, que contou inclusive com a participação do Arcebispo Dom José Maria Pires.

---

<sup>10</sup> Edvaldo Nunes da Silva, conhecido como Cajá, era um dos coordenadores das Pastorais no Recife e de forma clandestina, um dos dirigentes do Partido Comunista Revolucionário (PCR). Foi preso no Recife e na prisão passou uns bilhetes dando orientações a militância de seu Partido, esse material foi apreendido pela polícia, expondo assim sua vinculação com o Partido clandestino.



## Conclusão

De acordo com Mello no Estado da Paraíba a sociedade civil não reuniu consistência e autonomia para fazer face ao aparelho do Estado. Assim, o referido autor, partindo do reconhecimento desta situação, afirma que na Paraíba, “o processo eleitoral não transita da sociedade para o Estado, mas sim deste para aquele, o que significa posicionar-lhe o aparelho estatal no centro dessa sistemática” (MELO, 2001, p. 120). Para ele, “a sistemática político-eleitoral paraibana tornou-se mais agente de estadania<sup>11</sup> do que cidadania, no sentido de que seus atores aparecerão mais como expressão da máquina estatal que intérpretes da sociedade” (MELO, 2001, p. 121).

Porém, mesmo que a supremacia do Estado sobre a sociedade civil seja uma das principais características da estrutura de poder na Paraíba, não significa que esta seja algo amorfa, em todas as fases da história paraibana. Pois, apesar da repressão do aparato estatal, ela manifestou-se e chegou a contestar de forma veemente o sistema, como nos momentos que antecederam o golpe militar de 1964. Neste momento, no âmbito da sociedade civil, se destacaram na luta por transformações sociais no Estado da Paraíba, entre outros, a Associação Paraibana de Imprensa (API), o movimento sindical, o movimento estudantil e, principalmente, o movimento camponês, através das *Ligas Camponesas*.

No período pós 1964, estes setores da sociedade civil foram literalmente colocados fora de embate, com a repressão que se abateu sobre eles. Mas, a partir de meados da década de 1970, estes movimentos ressurgem, ainda que de forma débil, incentivados pela Igreja Católica, que tinha adotado uma nova postura diante do social, após a realização do Concílio Vaticano II, entre os anos de 1962-65, e a Segunda Conferência dos Bispos da América Latina, em Medellín, na Colômbia, em 1968, que procurou “traduzir” os ensinamentos do referido Concílio

---

<sup>11</sup> Carvalho define estadania como “participação não através da organização de interesses, mas a partir da máquina governamental ou contato direto com ela” (apud MELLO, 1989, p. 121).

para a realidade latino-americana. Na ocasião a Igreja fez a “opção preferencial pelos pobres”.

Na Paraíba, a Igreja, a partir da posse do Arcebispo Dom José Maria Pires, em 1975, passa a ser a grande incentivadora para o ressurgimento dos movimentos sociais, principalmente, o movimento sindical e camponês, que irão se fortalecer, relativamente ao período anterior, a partir da década de 1980. Também voltou à cena, nesta conjuntura de “abertura” o movimento estudantil e surgiu um incipiente movimento feminista de classe média. Além de que, a Ordem dos Advogados do Brasil, seção da Paraíba (OAB-PB), que historicamente sempre teve uma atuação imobilista, e a Associação Paraibana de Imprensa, que anteriormente a 1964, já se destacara por uma postura combativa, procuraram imprimir uma atuação mais progressista, em defesa da restauração do Estado de Direito.

Estes “arroubos” da sociedade civil, não invalidam a tese de que no Estado da Paraíba, ela seja frágil, principalmente, diante de um estado controlado por uma elite tradicional, que hegemoniza a política a partir do uso dos recursos públicos, com práticas clientelísticas e autoritárias.

**State versus Civil Society: the process of transition to democracy in Paraíba, Brazil (1975-1979)**

**ABSTRACT:** At the State of Paraíba, due to its characteristics, such as: economic delay, oligarchic and authoritarian political culture, the society is considered as fragile. Nevertheless, this does not keep it from, in a certain conjuncture, having pleading action in the established order. This article intends to analyze the political, social and cultural action of the Brazilian civil society, especially in the part of it from Paraíba – Church, political parties, syndicates, class association, social movements, etc. – at the time of the transition to democracy in Brazil, which’s aim is to verify the importance of it to the redemocratization of the country. It will also

observe how the State, on federal, state and municipal level reacts to the performance of civil society in Brazilian territory, more specifically in Paraíba.

**Keywords:** State; Civil Society; Democracy.

## Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil. (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.

BETO, Frei. **O que é comunidade eclesial de base**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CAMARGO, Candido Procópio Ferreira de et al. Comunidades Eclesiais de Base, in: SINGER, Paul; BRANT, Vinícius Caldeira. (Org). **São Paulo: o povo em movimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 3. ed. 1982.

CITTADINO, Monique. A Política Paraibana e o Estado Autoritário (1954-1964), in: **Estrutura de Poder na Paraíba**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1999.

DELLA CAVA, Ralph A. A Igreja e a Abertura (1974-1985), in: STEPAN, Alfred, **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GONÇALVES, Maria Cândida Rodrigues. O Capitalismo Selvagem e o Conflito da Grande Alagamar, in: **Cadernos de Estudos Regionais**. João Pessoa: UFPB/NDIHR, 1981.

KECK, Margaret E. **A Lógica da Diferença: O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Ática, 1991.

KECK, Margaret E. O “Novo Sindicalismo” na Transição Brasileira. In: STEPAN, Alfred (Org) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LAMOUNIER, Bolívar. O “Brasil autoritário” revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura, in: STEPAN, Alfred, **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MACHADO, Jório. **Resistência ao Medo. História de uma eleição indireta para governador**. João Pessoa: O Momento, 1978.

MAINWARING, Scott. Os Movimentos Populares de Base e a Luta pela Democracia: Nova Iguaçu, in: STEPAN, Alfred. **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 306.

MARCONDES, Celso. Anos Incríveis. **Teoria & Debate**. No. 35, São Paulo, jul/ago/set, 1997.

MELO, José Octávio de Arruda. Dissidência, Protesto e Familismo nas eleições da Paraíba em 1978, in: REGO, Rogério (Org.). **As Eleições Nacionais de 1978 - Estudos**, vol. II. Brasília: Ed. Fundação Milton Campos, 1978.

MELO, José Octávio de Arruda. **Sociedade e Poder Político no Nordeste**. O Caso da Paraíba (1945-1964). João Pessoa: Universitária/UFPB, 2001.

MOREIRA, Emília. **Por um pedaço de chão**. João Pessoa: UFPB/Universitária, Vol. I e II, 1997.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. O surgimento de uma nova força social: o sindicalismo cutista, in: **Saeculum: Revista de História**. N. 4/5, dez./jan. 1998/99, João Pessoa: Universitária, 2000.

RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das Centrais Sindicais, in: BOITO Jr.(Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

ROLIM, Francisco Sales Cartaxo. **Política nos Currais**. João Pessoa: Acauã, 1979.

SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985, in: STEPAN, Alfred (Org) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

**Nota do Editor:**

*Submetido em 02 abr. 2010. Aprovado em 15 set. 2010.*

*Prima Facie*, 2009, jan-jun, edição vinda a lume em novembro de 2010.

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/primafacie/index>